

27ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
07ª Sessão Ordinária, do 4º ano da
16ª Legislatura, em 16 de maio de 2016.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 07ª (sétima) Sessão Ordinária, do quarto ano da 16ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Ailton Antônio Ferreira, Edson Luiz Franco, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, Fabiana Lourenço da Silva, José Gibran, Julimar Pelizari, Luiz Geraldo Cardoso e Manoel Aparecido Brandão, presentes também os funcionários Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 20h10min (vinte horas e dez minutos) a vereadora Fabiana Lourenço da Silva, Presidente da Câmara e da sessão, solicitou ao vereador Ailton Antônio Ferreira a leitura de um versículo bíblico, o vereador leu os seguintes versos: **“Porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens, Jesus cristo, homem. Timóteo 02-05.** Em seguida a Presidente declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Na sequência foram apresentadas as atas das sessões

realizadas em 02 (dois) de maio do corrente ano. Colocadas a ata em discussão e votação foram aprovadas por unanimidade. Em seguida foi lido ofício do correio em resposta à solicitação da Presidente, referente ao atraso das correspondências. Foi lido ofício de agradecimento da Escola Odulfo de Oliveira Guimarães. Iniciada a Ordem do Dia foi apresentado o Projeto de Lei do executivo nº 043/2016, processo nº 176/16, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia de multa e juros para pagamento à vista de débitos tributários e não tributários e da outras providencias. Em seguida colocou em votação o regime de urgência especial, o qual foi aprovado por unanimidade dos votos presentes. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão o vereador Manoel aparecido Brandão fez uso da palavra e propôs um debate e se considerarem viável, fazer uma emenda em nome de todos os vereadores, acrescentando a esse projeto que tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a possibilidade de que se tratando de funcionários públicos e tendo licenças prêmios vencidas, que estas licenças servissem como compensação, abatendo nos valores de dividas, o nobre vereador acha que seria importante poder esta dando esta oportunidade aos funcionários. A Presidente usou a palavra em resposta

ao nobre vereador Manoel dizendo que precisa estar fazendo uma avaliação nos caixas, para ver se ha possibilidade devido as crises financeiras. Em seguida a Presidente suspendeu a sessão por cinco (5) minutos. Em seguida a sessão foi reaberta e o vereador Julimar fez uso da palavra, em resposta ao nobre vereador Manoel solicitou que faça um levantamento mais profundo, porque segundo o jurídico fica difícil, o nobre vereador solicitou à Presidente que suspenda a sessão por cinco (5) minutos para tirar algumas duvidas com o jurídico. A sessão foi reaberta, o vereador Ailton fez uso da palavra e solicitou a Presidente conversar com o Prefeito e aceitar a sugestão do nobre vereador Manoel, que sendo assim favorece ao funcionário. A Presidente em resposta ao nobre vereador Ailton disse que à menos de seis (6) meses para eleição e que não pode haver gastos com índice de funcionários. O vereador José Gibran fez uso da palavra e disse estar de acordo com as palavras do nobre vereador Manoel, dizendo que não há impacto nenhum e como já esta em regime de urgência, devemos aprovar o projeto como esta e pegar esta ideia do vereador Manoel e fazer um projeto de lei especifico e colocar essas condições para atingir todas essas possibilidades. O vereador Manoel voltou a tribuna e solicitou á Presidente para assegurar o pedido de regime de urgência, porque ninguém se opôs, disse ter seu

compromisso de voto no projeto e nessa sessão, disse ainda discordar da secretaria de negócios jurídicos e também discorda que há aumento de gastos, falou ainda que esta frase fique vincada nesta sessão, “não se pode aumentar gastos”, disse ainda que fique gravado na mente do todo mundo. O ainda fez um breve comentário sobre as leis existentes, aceitou as sugestões do vereador Ailton e do vereador José Gibran, antecipou seu voto favorável, mas solicitou ao Lucas e o Codorna que oficialize o prefeito através de indicação e gostaria que estivesse a assinatura de todos os vereadores, para que seja feito um projeto de lei nesse sentido para ser aprovado nesta casa. Colocado o projeto em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº044/16, processo nº177/16, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$25.944,00 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais). Colocado o regime de urgência em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Finanças e Orçamento, e Justiça e Redação. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 045/2016, processo nº 178/2016, que dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de

R\$ 16.320,05 (dezesesseis mil,trezentos e vinte reais e cinco centavos. Colocado o regime de urgência em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Finanças e Orçamento, e Justiça e Redação. Colocado o projeto em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. Em seguida foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/16, processo nº 058/16, que revoga integralmente a Lei nº 3.078, de 2 de Janeiro de 2013, parcialmente a Lei 2766, de 23 de abril de 2009, recria as Secretarias de Governo, Educação, Saúde e dos Negócios Jurídicos na estrutura da Administração direta do Município de Viradouro, os cargos de Secretários Municipais, e da outras providencias relacionadas. A Presidente suspendeu a sessão por cinco (5) minutos. A sessão foi reaberta, e o vereador Manoel usou a tribuna e falou sobre o teor das duas emendas que se trata do projeto em que cria as secretarias de governo, declarou que sempre foi favorável à criação das secretarias, mas contrario ao valor dos salários. Falou sobre dois pontos que gostariam que prestassem muita atenção, falou ainda das duas emendas que apresentou, fez uma breve explicação, comentou que na sua opinião para ser secretario jurídico é necessário ter formação em ciências jurídicas, mas também se faz a exigência que para ser secretario da educação deve necessariamente ter a

formação na área da educação e experiência mínima de cinco anos no magistério público, entende ainda que o secretário da educação tem que ter formação como professor. O vereador solicitou encarecidamente o voto aos companheiros, para que o secretário da educação continue sendo como foi até hoje, uma pessoa ligada à educação. O vereador perguntou a Presidente se pode-se discutir e votar essa primeira emenda e depois o nobre vereador apresenta a outra emenda. O vereador Julimar usou a palavra e disse concordar em partes e em outras não com o vereador Manoel. No seu entender e na sua opinião não é necessário tanto para ser um secretário da educação. O vereador Edson usou a palavra e disse que: quem lida com um determinado tipo de atividade é quem está dentro dela, só para refletir. O vereador Luiz Geraldo Cardoso usou a palavra e disse que até certo ponto concordaria com o nobre vereador Manoel porque acha que o secretário de negócios jurídicos, precisa ter o diploma e o certificado e com relação à educação tem que ser pessoas da área, só não concorda da pessoa ter cinco anos de conhecimentos. O vereador Erney solicitou cinco minutos ao vereador Luiz Geraldo Cardoso e disse concordar com as palavras do nobre vereador sobre as secretarias e pensa que o educador não tem que ter conhecimento específico só na educação, porque tem uma secretaria que também tem

conhecimento administrativo e tem que aliar o conhecimento educacional. O vereador Luiz Geraldo Cardoso disse que sempre defendeu na tribuna, e que o prefeito teria que colocar um advogado em todos os setores e também pessoas técnicas em seus cargos, e sempre defendeu a tese que tem que ter pessoas com conhecimento. Em seguida a Presidente colocou a subemenda em votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida colocou a emenda em discussão e votação, foi aprovada por 5 votos favoráveis e 3 votos contrários. Colocado o projeto em discussão o vereador Manoel usou a palavra e solicitou atenção de todos que vai mostrar o telão sobre a criação dos secretários, disse ainda que gostaria que fosse colocado um teto no subsídio dos secretários. O vereador apresentou em seguida uma emenda aditiva a qual fez a leitura, e algumas observações no valor do salário dos secretários. O vereador ainda fez os cálculos de como seria o salário, disse ainda que se pegar os salários de quem tem nível superior, soma todos, divide pela quantidade de pessoas quem tem na prefeitura recebendo aqueles salários, faça a média divide por três e aí estaria o teto dos secretários, e o dia que a prefeitura tiver condições de pagar a mais, aumenta para os secretários. Ainda solicitou aos nobres vereadores que refletam e que deem um voto

favorável não a sua proposta, mas ao funcionalismo municipal. Em seguida a Presidente colocou a emenda em discussão. O vereador Julimar usou a tribuna e falou sobre a criação dos cargos que foi realizada em janeiro, dizendo que era um salário de sete mil e quinhentos reais e que hoje esta a cima devido as correções que tiveram. O vereador perguntou ao nobre colega Manoel que se propormos esse salário que apresentou se não vai haver reajustes, o nobre vereador já adiantou que é conta a emenda. O vereador Edson usou a palavra e comentou que nessa casa já foram aprovados dois projetos de reajuste aos funcionários e secretários. Foi colocado emenda e aprovado, dependendo da disponibilidade financeira do município, na época disse que não vincularia a concessão de subsídios com aumento de funcionários. O nobre vereador disse que o vereador Manoel está propondo uma vinculação, se vai dar aumento aos secretários é ótimo, mas concorda que tem que dar aos demais funcionários. Essa vinculação proposta não achata salário. Em seguida a Presidente Fabiana respondeu ao nobre vereador Edson que aquilo que ouve foi para fixar o salário, o nobre vereador disse que isso é evitar a disparidade de reajuste. Em seguida a Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. Reaberto a sessão, o vereador Manoel voltou a tribuna e colocou no telão a tabela de reajuste, fez suas

explicações aos demais vereadores, e gostaria que os nobre entende-se que não a prejuízo nenhum, nos simplesmente faremos o que se a de dar aumento para os secretários que seja dado para todos os funcionários. O vereador Edson Luiz Maria Tavares usou a palavra e perguntou ao nobre colega Manoel onde ele encontrou o valor de sete mil e meio para criar secretaria. O vereador Manoel voltou a tribuna e agradeceu a pergunta do vereador Edson Luiz Maria Tavares e disse que arrumou uma briga feia com os demais colegas na época por causa do salário, e mostrou no telão os documentos de onde saio o sete mil e meio de reais. O vereador disse ainda que nunca concordou com esse valor, desde quando criou o cargo e que teve problemas sérios com o grupo, hoje sou visto como o demônio da política, simplesmente ousam por discordar do que pode, fui contra lá no começo e sou contra aqui e vou discordar de vossa excelência disse ainda que o Brasil vem pagando os deputados e não esta bem e o povo passa fome, a prefeitura vem pagando esse tanto a secretários e o tanto aos demais e se alguém achar que esta bem, não devem ser os que recebe esse salário. Isso não resolve o problema do município, mais a moral, por que é imoral pagar para um tanto e deixar o outro com tão pouco. O vereador disse ainda que até hoje paga o preço por não ter votado a favor. A Presidente Fabiana

usou a palavra em resposta ao nobre vereador Manoel, disse concordar, mas não gostou quando o nobre colega disse que foi pressionado, por que era o Presidente desta casa na época. O vereador Edson Luiz Maria Tavares voltou a tribuna e disse estar indignado, pois abriu uma sessão na qual estávamos aqui para receber a posse e não recebemos, o vereador disse ainda que errou e vai pagar para o resto da vida. Colocada a emenda em votação, foi rejeitada por seis (6) votos favoráveis e dois (2) votos contrários. O vereador Edson foi a tribuna e propôs duas emendas na qual fez a leitura. Em seguida a Presidente colocou a emenda em discussão. O vereador Edson Luiz Maria Tavares usou a palavra e falou que aumento para funcionário é complicado, por que tem que tem que ser igual o salário para todos, o vereador ainda aproveitou a palavra para dar algumas explicações sobre o salário. O vereador Edson voltou a tribuna em resposta ao vereador Edson Luiz Maria Tavares, disse que o nobre colega não entendeu nada do que ele avia dito, disse ainda que só pode conceder reajuste de salário à Câmara Municipal e não ao prefeito, falou ainda que esta sugerindo no parágrafo único, dizendo que os subsídios poderão ser ajustados manualmente INPCA o reajuste dos funcionário. Em seguida a Presidente suspendeu a sessão por cinco minutos. Reaberto a sessão a Presidente solicitou que

mudem a emenda, que só será concedido o reajuste ao funcionário público se for dado for dado reajuste aos secretário. A Presidente colocou a emenda em discussão. O vereador Julimar usou a palavra e disse que só esta dando confusão, e que não precisava disso, o vereador disse ainda que esta ainda sendo discutido a criação da secretaria. Colocado a emenda em votação, foi rejeitada por cinco (5) votos favoráveis, e três (3) votos contrários. O projeto continua em discussão. O vereador Edson voltou a tribuna e leio o artigo treze, deu algumas explicações e falou sobre os cargos de secretaria, e sobre a emenda que está propondo. O vereador Julimar voltou a tribuna e disse em resposta ao nobre vereador Edson, esta trocando seis por meia dúzia. O vereador Edson voltou a tribuna e falou ao nobre colega Julimar que não se pode admitir que outros secretaria corte aquele recurso que a câmara aprovou para ela utilizar, em benefício da população. O vereador Manoel voltou a tribuna e contou e com todo o respeito ao nobre vereador Edson, disse discordar da sua emenda, disse ainda que é o prefeito que tem que ingerir organograma do funcionário público, e o vereador ainda fez uma pergunta ao secretário de negócios, se o mesmo o concorda com a emenda, e perguntou ao nobre colega Edson por qual motivo é a finalidade que se teve quando elaborou ao projeto dando super poderes a secretaria de

governo, e a segunda pergunta ao vereador Edson o que traria isso de prejuízo a administração pública e a municipalidade e qual a finalidade de sua emenda. O vereador Edson em resposta ao nobre colega Manoel, respondeu que é equipar a secretaria no mesmo patamar com autonomia financeira, administrativa conforme o orçamento. Colocada a emenda em votação, houve quatro (4) votos favoráveis e quatro (4) votos contrários. Havendo empate a Presidente votou favorável a rejeição da emenda. Colocado o projeto em votação foi aprovado por unanimidade. Foi apresentado o projeto de “Lei do Executivo nº046/2016, processo nº179/2016, que dispõe sobre a oficialização de vias e logradouros públicos e denominação de vias, logradouros e prédios públicos.” O vereador Luiz Geraldo Cardoso solicitou vista do projeto, o qual foi concedido pela Presidente. Não havendo mais nada na ordem do dia foi colocada a palavra livre. O vereador Manoel usou a palavra e disse que hoje é o dia de redenção a sua pessoa, falou um pouco na sessão de dois de janeiro de dois mil e três que foi presidida pela sua pessoa, o qual era o Presidente da câmara, o vereador disse que errou quando foi aprovado o projeto com os valores altos, mesmo assim foram aprovados, disse que errou, e que hoje se redime por que fez tudo o que pode para repara o seu erro com a sociedade, ao funcionalismo

publico e a sua consciência, o vereador disse que naquele dia saio derrotado da sessão, mais hoje quem sai derrotado é o município e o funcionalismo publico. Disse ainda que hoje esta tranquilo, que vota com sua consciência, que se estiver certo vota e se não estiver não vota, e que venha de onde vier. O nobre vereador falou ainda da sua emenda que foi rejeitada, e que foi uma perca irreparável para o funcionalismo publico e á historia há de fazer justiça e mostrar quem estava correto. O vereador Luiz Geraldo Cardoso usou a tribuna e disse que esta decepcionado com os correios, por que não chega nenhuma correspondência e que hoje esta pagando tudo com juros, o nobre colega disse estar indignado com tudo isso. Ainda falou sobre as redes bancarias que a tolerância é de quinze minutos e hoje se fica na fila entre meia hora e quarenta minutos. A Presidente Fabiana perguntou ao nobre colega se tem como entrar no ministério publico para tentar resolver essa situação. O vereador Edson usou a palavra e disse que o problema não esta só em Viradouro, mas que é geral a situação. O vereador Erney usou a palavra e disse que concorda com a palavra da Presidente, em relação de acionar o ministério publico pedindo providencias com relação a este assunto. O vereador Edson Luiz Maria Tavares em resposta ao vereador Manoel disse que muitas vezes age pela emoção e não pela razão,

por isso digo ao nobre colega para agirmos para que não aconteçam erros, disse ainda que trocar ideias é muito bom e validas para que o dia de amanhã a gente perceba o erro de hoje. Nada mais havendo para o momento, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário

28ª Sessão da Câmara Municipal de Viradouro,
21ª Sessão Extraordinária, do 4º ano da
16ª Legislatura, em 16 de maio de 2016.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de maio de 2016 (dois mil e dezesseis), no edifício Salvador Lopes Fernandes, sede da Câmara Municipal, realizou-se a 21ª (vigésima primeira) Sessão Extraordinária, do quarto ano da 16ª legislatura da Câmara Municipal de Viradouro. Presentes os vereadores Ailton Antônio Ferreira, Edson Luiz Franco, Edson Luiz Maria Tavares, Erney Antônio de Paula, Fabiana Lourenço da Silva, José Gibran, Julimar Pelizari, Luiz Geraldo Cardoso e Manoel Aparecido Brandão, presentes também os funcionários Elena Maria de Almeida Barbieri, Flávio Luis Baião Pontes Gestal, Lucas Henrique Nunes e Paulo Renato Zamariolli, às 22h15min (vinte e duas horas e quinze minutos) a vereadora Fabiana Lourenço da Silva, Presidente da Câmara declarou aberta a sessão sob a proteção de Deus. Iniciada a Ordem do Dia foi apresentado o Projeto de Lei do executivo nº 043/2016, processo nº 176/16, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia de multa e juros para pagamento à vista de débitos

tributários e não tributários e da outras providencias. Em seguida colocou em votação o regime de urgência especial, o qual foi aprovado por unanimidade dos votos presentes. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos votos presentes. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº044/16, processo nº177/16, que dispõe sobre a abertura de Credito Adicional Especial no valor de R\$25.944,00 (vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e quatro reais). Colocado o regime de urgência em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Finanças e Orçamento, e Justiça e Redação. Colocado o projeto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. Na sequência foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 045/2016, processo nº 178/2016, que dispõe sobre a abertura de Credito Adicional Especial no valor de R\$ 16.320,05 (dezesesseis mil, trezentos e vinte reais e cinco centavos). Colocado o regime de urgência em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. O projeto recebeu pareceres favoráveis das Comissões de Finanças e Orçamento, e Justiça e Redação. Colocado o projeto em votação, foi aprovado por unanimidade dos votos. Em

seguida foi apresentado o Projeto de Lei do Executivo nº 018/16, processo nº 058/16, que revoga integralmente a Lei nº 3.078, de 2 de Janeiro de 2013, parcialmente a Lei 2766, de 23 de abril de 2009, recria as Secretarias de Governo, Educação, Saúde e dos Negócios Jurídicos na estrutura da Administração direta do Município de Viradouro, os cargos de Secretários Municipais, e da outras providencias relacionadas. Em seguida a Presidente colocou a subemenda em votação, a qual foi aprovada por unanimidade dos votos. Em seguida colocou a emenda em discussão e votação, foi aprovada por 5 votos favoráveis e 3 votos contrários. O vereador Manoel Aparecido Brandão apresentou em seguida uma emenda aditiva a qual fez a leitura, e algumas observações no valor do salário dos secretários. Colocada a emenda em votação, foi rejeitada por seis (6) votos favoráveis e dois (2) votos contrários. O vereador Edson Luiz Franco apresentou uma emenda verbal. Colocado a emenda em votação, foi rejeitada por cinco (5) votos favoráveis, e três (3) votos contrários. Colocado o projeto em votação foi aprovado por unanimidade. Foi apresentado o projeto de “Lei do Executivo nº046/2016, processo nº179/2016, que dispõe sobre a oficialização de vias e logradouros públicos e denominação de vias, logradouros e prédios públicos.” O vereador Luiz Geraldo Cardoso solicitou vista do projeto, o

qual foi concedido pela Presidente. Nada mais havendo para o momento, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme segue devidamente assinada.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário